

Título: Mídias & escola: letramentos & gêneros textuais

Autor: Marcos Antonio Rocha Baltar

Resumo:

Segundo os dados levantados pelo INAF (Índice Nacional de Alfabetização Funcional, produzido pelo Instituto Paulo Montenegro e pela Organização não-governamental Ação Educativa) apenas 25% de brasileiros sabem ler e compreender o que lêem e conseguem expressar o que pensam por intermédio de um texto escrito (RIBEIRO, 2004). Apesar desse quadro, não tem sido simples compreender por que as duas agências de letramento mais prestigiadas pelas sociedades modernas: escola e universidade não têm aportado soluções efetivas para resolver o problema.

Em se tratando da Universidade, se tem trabalhado segundo a ótica de que é necessária uma profunda mudança nos currículos dos cursos de licenciatura que vêm formando docentes de Língua Portuguesa para atuar na educação básica, com investimentos em programas de pesquisa consistentes, especialmente no campo da Linguística Aplicada, embora defendamos a tese de que "ler e escrever é compromisso de todas as áreas". Concomitantemente, seria necessário investir em programas de educação continuada, não só via extensão universitária, mas, sobretudo via programas de pós-graduação de fluxo contínuo (cursos de especialização ou de mestrado profissionalizante), para que os professores que já estão atuando nas escolas do país possam ter acesso às pesquisas que busquem respostas para o problema do analfabetismo funcional. Em se tratando da escola, acredita-se que, juntamente com a análise crítica dos documentos orientadores das políticas educacionais (nacionais, estaduais e municipais), com a discussão dos projetos políticos pedagógicos e a reformulação de currículos do ensino fundamental e médio, seria necessário promover ações de revisão de paradigmas que acenem mudanças estruturais, inclusive repensando procedimentos metodológicos de ensinagem, de modo que os estudantes possam participar mais de processos de múltiplos letramentos, transitando, desde a escola, via atividades de linguagem/práticas letradas de diversas esferas sociodiscursivas, pelos diversos discursos dessas esferas.

Uma maneira de entender como funcionam as práticas e os eventos de letramento na sociedade (atividades sociodiscursivas de linguagem) é conhecer os gêneros textuais/discursivos que ali circulam. Pressupõe-se que os sujeitos que conhecem as práticas sociodiscursivas de uma determinada instância social, que lêem e escrevem os gêneros de textos que ali circulam, podem transitar e agir com autonomia nessas esferas, com condições de compreender os discursos ali produzidos, inserir-se nesse ambiente com autonomia e se necessário contribuir para sua transformação. Em outras palavras, é preciso admitir que advogados, bancários, engenheiros, professores, médicos, entre outros, são considerados assim por que escrevem e lêem os gêneros que organizam as práticas dos domínios dos quais participam cotidianamente (BAZERMAN, 2004). Esses sujeitos

então, lembrando Kleiman (2005), poderiam vir a ser de fato agentes de letramento, pois de modo intencional, formal ou informalmente poderiam contribuir nos processos de múltiplos letramentos das crianças, jovens e adultos com os quais convivem nas esferas sociais em que atuam: família, escola, roda de amigos, clube, empresas, lugares em que trabalham etc. Desse ponto de vista, destacaria os professores da educação básica e da educação superior como agentes de “múltiplos letramentos” por excelência, contribuindo na transformação de crianças, adolescentes, jovens e adultos em protagonistas; ou seja, em atores sociais letrados; visto que, em princípio, eles participam decisivamente, durante os anos de escolarização e de formação universitária dos processos de letramentos dessas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Em se tratando especificamente dos professores da educação básica, a questão é saber até que ponto se pode dizer que eles estão (sendo) (trans)formados nas universidades para atuar como agentes de letramento nas escolas e, se não estão tendo essa formação, então, como proceder? Apesar de ser tópico corrente em eventos científicos e em documentos oficiais do país, a temática da formação inicial e continuada traz à tona uma série de questões restritivas que necessitam um esforço considerável para suplantá-las, por parte de todos os envolvidos no processo.

De um lado estão os especialistas vinculados às universidades, institutos e programas de pesquisa, inclusive às organizações não-governamentais, dedicando-se anos a fio a uma área de formação específica, dialogando com os estudos produzidos por grupos de pesquisadores de Universidades e de Institutos de Pesquisa de vários países, tendo acesso às investigações mais hodiernas, produzindo literatura de referência, contribuindo na produção e circulação de saberes. De outro lado os professores do sistema da educação básica brasileira: municipal, estadual, na maior parte; eventualmente federal (escolas técnicas profissionalizantes), quase sempre afastados das Universidades (instituições produtoras de saberes) há algum tempo, com uma demanda exaustiva de trabalho (que por vezes chega a 60h semanais), ganhando um salário aviltante, que embora sequiosos por “novidades” para incrementar sua prática docente, não raramente frustrante, nem sempre dispõem das condições necessárias: infraestrutura nas unidades de ensino, tempo, dinheiro, motivação, para um estudo mais vertical sobre os verdadeiros motivos dessa frustração. Paralelamente, atuam as instituições responsáveis pelos sistemas de educação do país, governo federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, que diante desse cenário, esforçam-se para qualificar o trabalho de seus professores, tentando implementar políticas, difundidas em documentos oficiais, que funcionam como parâmetros a serem adotados pelos sujeitos envolvidos nas atividades de ensinagem na escola. Além da produção de documentos oficiais, diretrizes, como por exemplo, em nível nacional, os Parâmetros Curriculares nacionais (PCNs) e o Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD), em nível local e estadual, algumas Secretarias de Educação, diante da necessidade de qualificar o processo de ensinagem em suas unidades de ensino, procuram estimular a cultura da educação continuada de seus professores. Uma esfera da sociedade que também pode contribuir para o

desenvolvimento de processos de letramentos em sociedade é a mídia: tevê, rádio, jornal e Internet. Muitas iniciativas, como a de Freinet (1976), no século passado, na França, têm indicado que é possível trabalhar estabelecendo “pontes” entre os ambientes discursivos acadêmico, escolar e midiático; buscando promover um imbricamento entre o discurso da educação e o discurso da comunicação, que vise ao desenvolvimento de letramentos nessas esferas sociais. Diante desse contexto, o projeto que ora apresentamos pretende discutir as práticas/eventos de letramento da esfera sociodiscursiva mídia radiofônica escolar, analisando rádios que já estão em funcionamento e implantação de novas rádios escolares em escolas públicas municipais de Florianópolis, bem como os procedimentos de transposição didática em termos de ensinagem dos gêneros textuais orais e escritos que circulam nessa mídia. O campo teórico-metodológico está ancorado nos estudos de letramento (s), de gêneros textuais/discursivos e no escopo da pesquisa-ação (ANDALOUSSI, 2004). Essa investigação, buscando contribuir para o enfrentamento do problema do analfabetismo funcional na sociedade brasileira, considerando a escola como uma agência de letramento catalisadora de processos de múltiplos letramentos, visará caracterizar e analisar emissoras, programas, quadros e gêneros de textos radiofônicos de circulação em mídia radiofônica local, a fim de subsidiar a análise, implantação / implementação de rádios escolares (RE) em escolas públicas da cidade de Florianópolis – SC, bem como viabilizar a ensinagem de gêneros textuais genuínos, que circularão em programas de rádio escolar protagonizados por estudantes, com o intuito de ampliar o letramento midiático nos sujeito envolvidos no projeto. Serão convidadas para participarem do projeto as escolas públicas da região do entorno da UFSC.

Sobre a categorização dos gêneros textuais/discursivos da esfera radiofônica, além dos aportes da teoria de gêneros expressa especialmente em Bakhtin (1979a, 1979b), tomarem os como referência o quadro teórico-metodológico da socioretórica, notadamente Swales (1990), Bathia (1993) e Bazerman (2004, 2007) e do Interacionismo sociodiscursivo de Bronckart (1985, 1997, 2004, 2006) e colaboradores. Para a análise e implantação do projeto de letramento midiático da rádio escolar e o processo de ensinagem dos gêneros textuais radiofônicos orais e escritos na escola, Street (1984), Kleiman (1995, 2003, 2005), Ribeiro (2003) e Soares (1998, 2003); além das contribuições de Schneuwly; Dolz (2004) e colaboradores sobre sequências didáticas para apropriação de gêneros textuais.